



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas  
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS- CMAP

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025

19/08/2025 | 15h00 | Remota (Microsoft Teams)

Pauta da Reunião

|    |   |
|----|---|
| 01 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação da política por gasto direto do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).  |
| 02 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação da política por gasto direto de Serviço de Reabilitação Profissional (SRP).  |
| 03 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação da política por gasto direto de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1).  |
| 04 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação da política por gasto direto Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). |
| 05 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação do subsídio do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).   |
| 06 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação do subsídio de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).   |
| 07 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação do subsídio de Exportação da Produção Rural.   |
| 08 | Deliberação sobre propostas de aprimoramentos da avaliação do subsídio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).   |

Registros e Deliberações

|    |   |
|----|---|
| 01 | <p>Foi aprovada a redação final e a classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) conforme lista vinda do CMAG:</p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Incorporar aos critérios de repasse do IGD-E um fator que traduza, de forma mais direta, o esforço dos estados no apoio técnico aos municípios, seja por meio de indicadores relacionados à capacitação ou de outros tipos de apoio que contribuam para o fortalecimento da gestão descentralizada da política. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).</p> <p><b>Proposta Prioritária 2:</b> Fortalecer a oferta de capacitação continuada voltada ao Programa Bolsa Família, como estratégia para mitigar fragilidades operacionais e os efeitos da rotatividade de equipes nos estados e municípios, para maior estabilidade e efetividade na execução da política. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).</p> <p><b>Proposta Prioritária 3:</b> Estruturar um sistema de monitoramento e avaliação do uso dos recursos do IGD pelos municípios, analisando as finalidades e os tipos de despesa realizadas. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).</p> |
|----|---|

|    |  |
|----|--|
| 02 | <p><u>Foi aprovada a redação final e a classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP) conforme lista vinda do CMAG:</u></p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Estabelecer mecanismos para a efetiva articulação com os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social para estabelecer fluxos operacionais, visando ao atendimento integral dos segurados reabilitados, com foco em empregabilidade, qualificação profissional e acesso a tecnologias assistivas. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Comitê Gestor da Rede Intersetorial de Reabilitação Integral</p> <p><b>Proposta Prioritária 2:</b> Aprimorar os sistemas informatizados do Serviço de Reabilitação Profissional (SRP), voltados ao atendimento, à gestão integrada de informações e ao acompanhamento sistemático de todas as etapas da política. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).</p> <p><b>Proposta Prioritária 3:</b> Reformular e padronizar a Pesquisa de Fixação no mercado de trabalho como instrumento permanente de monitoramento da efetividade da política. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).</p> <p><b>Proposta Prioritária 4:</b> Estruturar mecanismos para agilizar a entrega de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção e acessórios durante o atendimento da reabilitação profissional. Destinada ao Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).</p>  |
| 03 | <p><u>Foi aprovada a redação final e a classificação das propostas de aprimoramento e de avaliação em profundidade da avaliação da política de Qualificação Viária conforme lista vinda do CMAG:</u></p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Elaborar e implementar plano de gestão para a política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), com diretrizes claras e alinhadas à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), contemplando: (i) critérios técnicos de elegibilidade e priorização de projetos integrados de mobilidade sustentável e segurança viária, com foco em contextos urbanos com maior concentração populacional, maior demanda por deslocamentos e maiores níveis de vulnerabilidade e risco viário; e (ii) institucionalização de estratégias e canais de comunicação com a mandatária, os entes federados e o Congresso Nacional. Destinada ao Ministério das Cidades.</p> <p><b>Proposta Prioritária 2:</b> Implementar mecanismos formais, periódicos e baseados em risco para supervisionar a atuação da mandatária no acompanhamento da execução física dos contratos da política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), definindo padrões mínimos de qualidade para a análise técnica das propostas, o acompanhamento da execução física dos contratos, canais para tratamento de não conformidades recorrentes e os relatórios produzidos pela mandatária. Destinada ao Ministério das Cidades.</p> <p><b>Proposta Prioritária 3:</b> Adotar o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal (Obrasgov.br), ou sistema equivalente que venha a substituí-lo, como instrumento oficial para o registro obrigatório das informações referentes aos empreendimentos financiados pela política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), contemplando dados como geolocalização, estágio, valores e imagens. Destinada ao Ministério das Cidades.</p> <p><b>Proposta Prioritária 4:</b> Instituir processo contínuo e formal de monitoramento e avaliação (M&amp;A) pela política de Qualificação Viária (atual ação orçamentária 00T1), contemplando: i) rotinas periódicas de análise crítica de desempenho; ii) definição clara dos fluxos de informação e das responsabilidades de cada ator; iii) especificação dos produtos esperados (relatórios, painéis de acompanhamento); e iv) integração aos instrumentos de planejamento (PEI, PPA). Destinada ao Ministério das Cidades.</p> <p><b>Avaliação em Profundidade:</b> Realizar análise complementar, identificando oportunidades de melhor de coordenação e articulação com outros órgãos federais (MIDR, Codevasf, DNOCS) que atuam em qualificação viária, visando harmonizar critérios, evitar sobreposições e compartilhar boas práticas. Destinada ao Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.</p> |

|    |   |
|----|---|
| 04 | <p><u>Foi aprovada a redação final e a classificação das propostas de aprimoramento da avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) conforme lista vinda do CMAG:</u></p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Fortalecer o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) por meio da qualificação dos sistemas de informação, da ampliação da transparência e do aprimoramento de rotinas avaliativas, contemplando:</p> <p>(1) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA):</p> <p>(i) o desenvolvimento e disponibilização de painel público e dinâmico para o acompanhamento da política, com definição participativa de indicadores-chave e disponibilização ativa de dados como número de contratos ativos, famílias beneficiárias, extensionistas empregados e atividades realizadas, por tipo, região, programa e contrato; □(ii) o aprimoramento de rotinas sistemáticas de monitoramento e avaliação da Pnater no âmbito do MDA; □(iii) o aprimoramento do preenchimento do módulo “Acompanhamento Orçamentário” para garantir a atualização e o registro qualificado de informações que evidenciem a atuação da Pnater junto a mulheres, populações negras, quilombolas e indígenas no meio rural.</p> <p>(2) no âmbito da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater):</p> <p>(i) o aprimoramento do Sistema de Gestão da (ATER), com foco na simplificação do preenchimento, na integração dos formulários utilizados e na melhoria da usabilidade, visando maior agilidade no registro e eficiência na coleta e disponibilização de dados;</p> <p>(ii) a criação de rotinas sistemáticas de avaliação das formações realizadas com os extensionistas pela Anater.</p> <p>(iii) disponibilizar periodicamente relatório de execução física e de desembolso financeiro, bem como prévia prestação de contas dos recursos orçamentários transferidos, inclusive constando o detalhamento das atividades desenvolvidas qualitativa e quantitativamente.</p> <p><b>Proposta Prioritária 2:</b> Instituir critérios sobre priorização de públicos-alvo e projetos para alocação de recursos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).</p> <p><b>Proposta Prioritária 3:</b> Aprimorar a governança da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) por meio da revisão dos instrumentos normativos e operacionais, com o objetivo de explicitar e articular as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), fortalecendo os mecanismos de coordenação, supervisão do contrato de gestão e fluxo de informações entre as instâncias responsáveis. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário Agricultura Familiar (MDA) em articulação com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).</p> |
| 05 | <p><u>Foi aprovada a redação final e a classificação da proposta de aprimoramento e de avaliação em profundidade da avaliação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) conforme lista vinda do CMAS:</u></p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Estabelecer definição formal, clara e objetiva sobre o(s) gestor(es) responsável(eis) pela implementação do Perse e instituir instâncias de coordenação entre os atores estatais envolvidos. (Fusão com a proposta 2). Destinada ao Ministérios do Turismo e da Fazenda</p> <p><b>Avaliação em profundidade:</b> Avaliação em profundidade do impacto do programa sobre o emprego das firmas beneficiadas, e da relação custo-efetividade do programa. Destinada ao Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP)</p>  |

|        |  |
|--------|--|
| 06     | <p><u>Foi aprovada a redação final e a classificação das propostas de aprimoramento da avaliação da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) conforme lista vinda do CMAS:</u></p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Aprimorar os procedimentos de análise dos requerimentos de certificação, com foco na modernização, previsibilidade e transparência do processo, contemplando: (i) análise de viabilidade de automação de etapas com base em análise de riscos; (ii) definição interna de prazos para análise dos requerimentos e tratamento de estoque; (iii) qualificação da comunicação dos indeferimentos, favorecendo a rastreabilidade e o uso gerencial das informações; (iv) campos específicos, no sistema de solicitação e análise, para todos os documentos e informações previstos no regulamento da Política, bem como disponibilizar, oportunamente, modelos de documentos exigidos, com vistas a agilizar o processo de certificação. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.</p> <p><b>Proposta Prioritária 2:</b> Instituir Sistema de Monitoramento, contemplando: (i) acompanhamento das quantidades e dos tipos de atendimento realizados ou de serviços prestados pelas entidades certificadas; (ii) processo contínuo de coleta, estruturação e análise de dados, com o objetivo de produzir os indicadores propostos na avaliação, bem como sua divulgação, incluindo a dimensão de resultados. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.</p> <p><b>Proposta Prioritária 3:</b> Adotar estratégias para universalizar a adesão das entidades certificadas ao preenchimento do Censo SUAS, de forma a qualificar a base de informações disponível para o acompanhamento da política e a avaliação dos efeitos da certificação. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.</p> <p><b>Proposta Prioritária 4:</b> Disponibilizar informações sobre as isenções relacionadas à CEBAS Assistência Social, por entidade beneficiária e por tributo, e segregar as estimativas dos gastos tributários no Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT) entre imunidade constitucional e isenção tributária. (Fusão com a proposta 5). Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).</p> |
| 07     | <p><u>Foi aprovada a redação final e a classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do subsídio tributário para a Exportação da Produção Rural conforme lista vinda do CMAS:</u></p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Realizar estudo para avaliar meios e possíveis impactos decorrentes da extinção do benefício. Destinada ao Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).</p> <p><b>Proposta Prioritária 2:</b> Revisar a estimativa do gasto tributário. Destinada à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).</p>  |
| 08     | <p><u>Foi aprovada a redação final e a classificação da proposta de aprimoramento da avaliação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) conforme lista vinda do CMAS:</u></p> <p><b>Proposta Prioritária 1:</b> Avaliar mecanismos para garantir a execução dos pagamentos realizados pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), atualmente executados por meio da ação orçamentária 0027, para as operações já contratadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação. Destinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).</p>  |
| Resumo | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram aprovadas 22 propostas de aprimoramento prioritárias, sendo 14 oriundas de avaliações do CMAG e 8 de avaliações do CMAS, e 2 avaliações em profundidade, sendo uma de cada Comitê.</li> <li>• Essas 22 propostas dos Comitês representam, agora, Recomendações do CMAP aos destinatários.</li> <li>• A reunião agendada para o dia 20/08/2025 fica cancelada, pois todas as deliberações foram realizadas na reunião de 19/08/2025.</li> </ul>  |

### Membros presentes com direito a voto

FRANCISCO GAETANI

Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

GUILHERME SANTOS MELLO

Secretário de Política Econômica

Ministério da Fazenda

RONALD DA SILVA BALBE  
Secretário Federal de Controle Interno  
Controladoria-Geral da União

WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA  
Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos  
Ministério do Planejamento e Orçamento

### Convidados presentes

**Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento:**

ANTÔNIO PAULO BAREA COUTINHO  
CÍNTIA BEATRIZ FONSECA  
FABIANA CRISTINA DA SILVA MELLO  
FLAVIO LYRIO CARNEIRO  
IARA ELIZA PACÍFICO QUIRINO  
JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES  
KATHLEEN SOUSA OLIVEIRA MACHADO  
LUIZ ALVES ANTÔNIO NETO  
LUIZ FERNANDO ARANTES PAULO  
MARCELO PRUDENTE DE ASSIS  
MARILIA TULER VELOSO  
RAFAEL GUSTAVO BORDIN  
RODRIGO CESAR BESSONI E SILVA  
RODRIGO DE CASTRO LUZ  
RONAN LUIZ DA SILVA  
SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS ROSA

**Ministério do Planejamento e Orçamento:**

ESTELA ALVES DE MEDEIROS  
SAMANTHA LEMOS TURTE CAVADINHA

**Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:**

BRAULIO SANTIAGO CERQUEIRA

**Ministério da Fazenda:**

ALEX PEREIRA BENICIO  
CRISTINA GONÇALVES RODRIGUES  
DAVID REBELO ATHAYDE  
GIAN BARBOSA DA SILVA  
PEDRO IVO FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR  
RAFAEL DE ACYPRESTE MONTEIRO ROCHA  
ROBERTO MENDES ALTAVILLA LUTTNER

**Controladoria-Geral da União:**

SILVESTRE HENRIQUE FERREIRA CEREJO

**Casa Civil da Presidência da República:**

MARCIO GIMENE DE OLIVEIRA

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:**

CLAUDIA REGINA BADDINI CURRALERO  
LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

**Escola Nacional de Administração Pública:**

TAMILLE SALES DIAS



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Matheus de Oliveira, Secretário(a)**, em 29/08/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53162079** e o código CRC **F884CEB4**.

---

**Referência:** Processo nº 18101.100641/2020-42

SEI nº 53162079